



NOTA TÉCNICA nº 04 | 2020 | DAF | UGGF

Estimativa de receitas e despesas da Administração Direta com e sem efeitos da pandemia da Covid-19, considerando a execução orçamentária-financeira do 1º semestre de 2020.

Considerando o fechamento da execução orçamentária-financeira do mês de junho de 2020, contemplando efeitos da pandemia a partir de meados de março, temos o seguinte cenário, como segue:

Recursos Próprios + FUNDEB (Valor em R\$ mm)

Período	Orçado	Arrecadado	Frustração	% Frustração
Janeiro a Março (1º Trimestre)	573,89	541,50	-32,39	-5,64%
Janeiro a Abril (1º Quadrimestre)	721,41	662,33	-59,08	-8,19%
Janeiro a Maio	858,41	761,93	-96,48	-11,24%
Janeiro a junho (1º Semestre)	1.006,32	884,50	-121,82	-12,11%
Previsto 2020	1.884,17	1.619,90	-264,27	-14,03%

O quadro acima demonstra um crescente agravamento da frustração da arrecadação, passando de **-5,64%** ao final do primeiro trimestre para **-12,11%** ao final do primeiro semestre, projetando para o encerramento do exercício um total de R\$ 264 milhões a menor do que o valor estimado no orçamento, ou **-14,03% a menos**. Essa evolução vem reduzindo a liquidez da Prefeitura, podendo evoluir para uma insuficiência de caixa para satisfação das despesas correntes programadas para os próximos meses.

Na mesma esteira do recomendado nas Notas Técnicas anteriores, visando à manutenção da liquidez financeira ao longo do exercício, reforçamos a necessidade de contingenciamento de volume de despesa suficiente para que a municipalidade prossiga atendendo aos serviços essenciais à população.

Dentre as principais receitas, o ICMS caiu **-7,74%** em março (14 dias de isolamento), **-20,82%** em abril, **-22,35%** em maio e **-24,92%** em junho; o ISSQN registrou quedas de **-10,92%** em março, **-18,20%** em abril, **-27,63%** em maio, **-31,02% em junho**, demonstrando que a tendência de agravamento permanece crescente desde março, provocado pelas medidas restritivas de contenção à propagação da Covid-19, cujos efeitos se perpetuarão ao longo dos meses que se seguirão à flexibilização, pelos consequentes efeitos econômicos encadeados pela crescente espiral negativa identificada.

Em julho, a previsão de repasse da quota-parte do ICMS, a cargo da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, é de R\$ 36,26 milhões, estando R\$ 13,06 milhões menor do que o estimado na previsão orçamentária, projetando queda de **-26,48%** no mês.



Prefeitura
de Jundiaí

Previsão ICMS - SEFAZ / SP

Data Transferência*	Prévia	Efetiva
07/jul	3.180.699,04	3.498.760,27
14/jul	10.395.585,57	
21/jul	7.364.474,27	
30/jul	15.001.526,84	
TOTAL	35.942.285,72	3.498.760,27

* Dados do dia 10/julho (R\$ 36.260.346,95)

Do ponto de vista da despesa, há expansão registrada nas despesas das áreas da saúde e assistência social, porém ainda suportadas pelas transferências extraordinárias da União e do Governo do Estado, destinadas ao combate à pandemia.

No campo macroeconômico já são 16 semanas seguidas de revisão decrescente nas previsões do PIB nacional, partindo +1,99% em 09 de março para atual retração de -6,48%, segundo o último Boletim Focus (03/07/2020), sendo que as previsões mais pessimistas apontam para uma queda ainda maior até o final do ano.

No campo político, com a promulgação da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, Jundiaí irá receber as seguintes transferências da União:

PARCELAS	GERAL - Inc I	COVID-19 - Inc II	SITUAÇÃO
1ª - 09/06/2020	10.117.883,49	1.501.841,83	EFETIVADA
2ª - 13/07/2020	10.117.883,49	1.501.841,83	PREVISTA
3ª - 12/08/2020	10.117.883,49	1.501.841,83	PREVISTA
4ª - 11/09/2020	10.117.883,49	1.501.841,83	PREVISTA
TOTAL	40.471.533,96	6.007.367,32	

Essas transferências alcançarão o montante de R\$ 46,4 milhões no período de junho a setembro, sendo R\$ 40,4 para recomposição parcial da perda de arrecadação acarretada pela pandemia e R\$ 6,0 milhões para serem aplicados diretamente nas áreas de saúde e assistência social.

1. Projeção de receitas

Considerando os impactos financeiros na arrecadação municipal provocados pela Covid-19 e seus reflexos, ajustamos a previsão de arrecadação do presente exercício em menos R\$ 264,27 milhões (valor líquido, descontados os R\$ 46,8 milhões da LC nº 173/2020), com base nos dados consolidados até 30 de junho, como demonstrado nos principais itens da receita a seguir:



Gráfico 1. Frustração na arrecadação de recursos próprios + FUNDEB

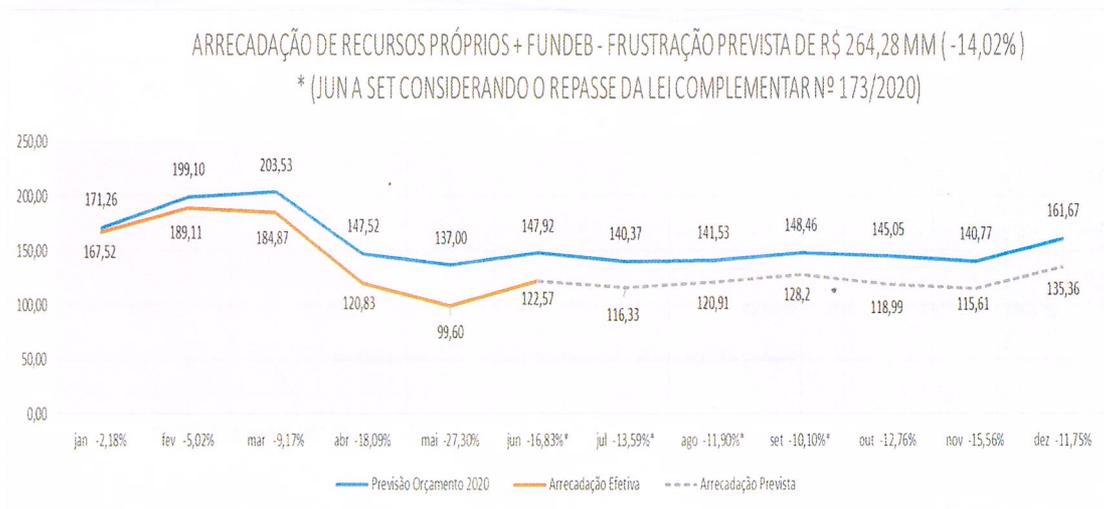
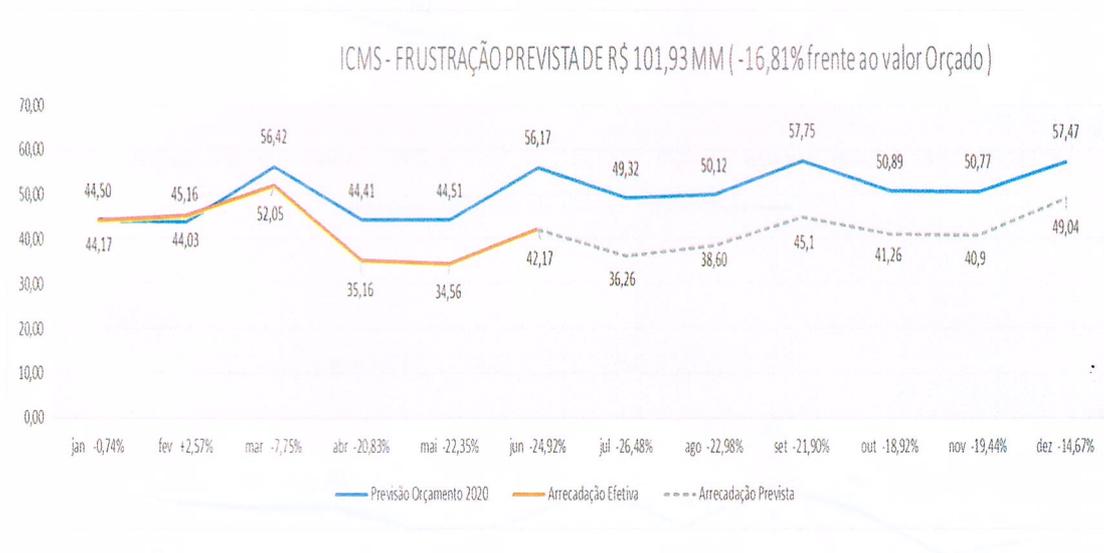
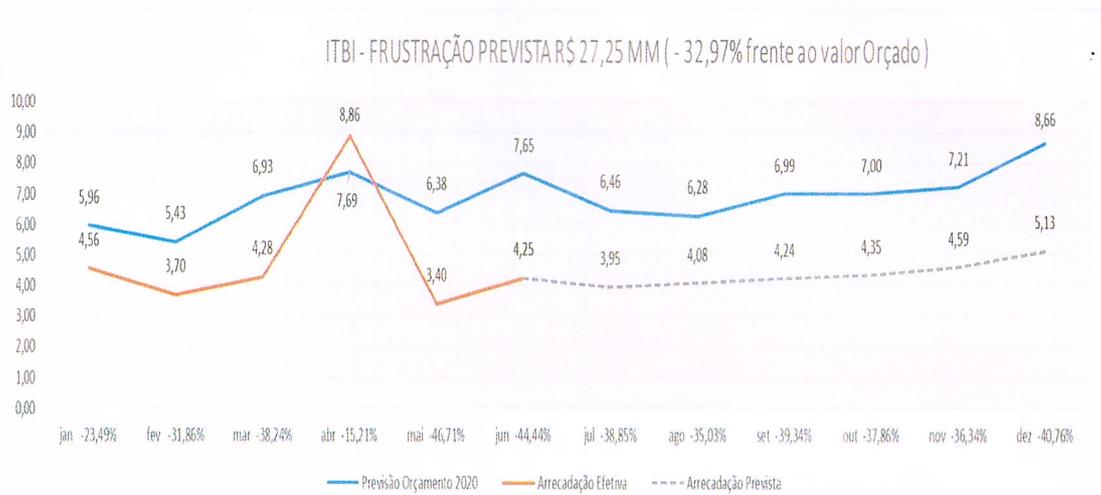
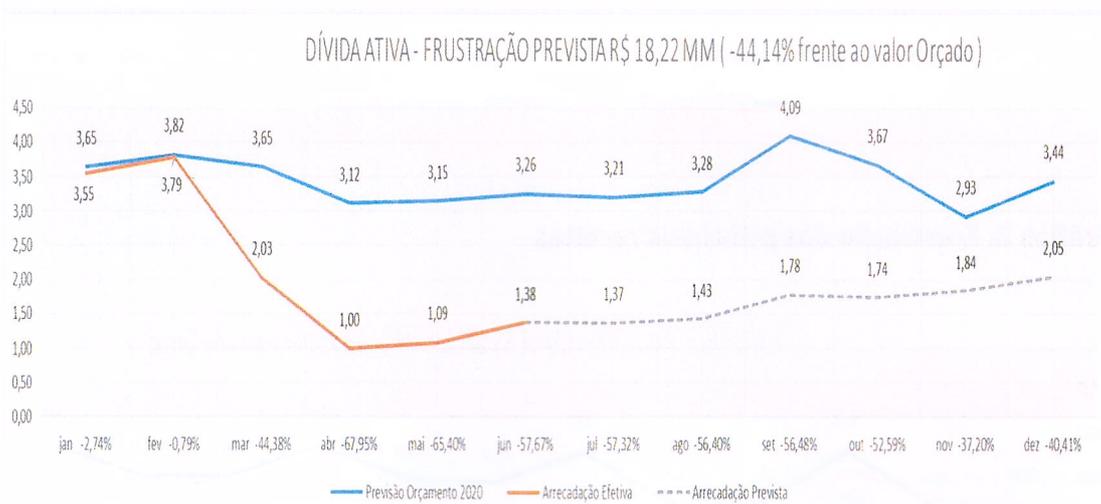
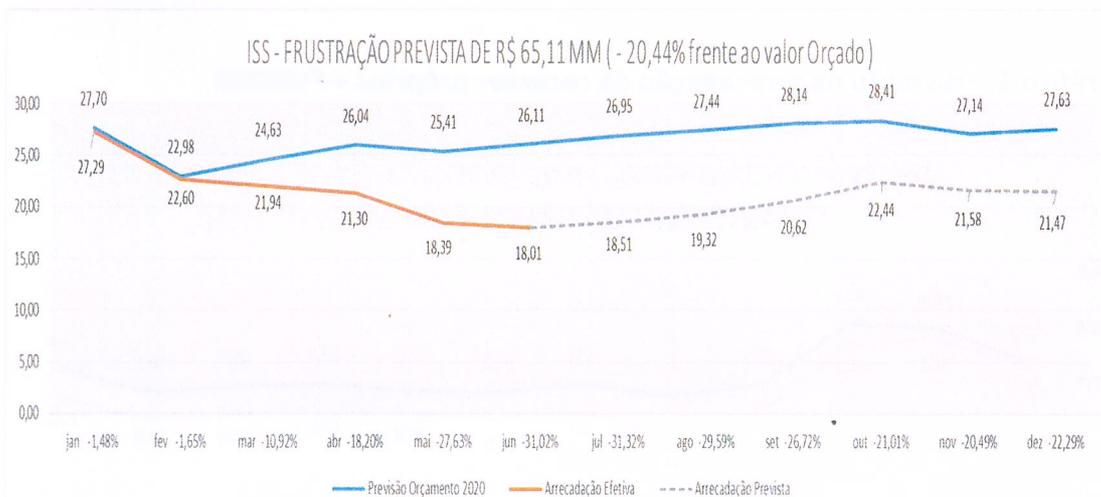


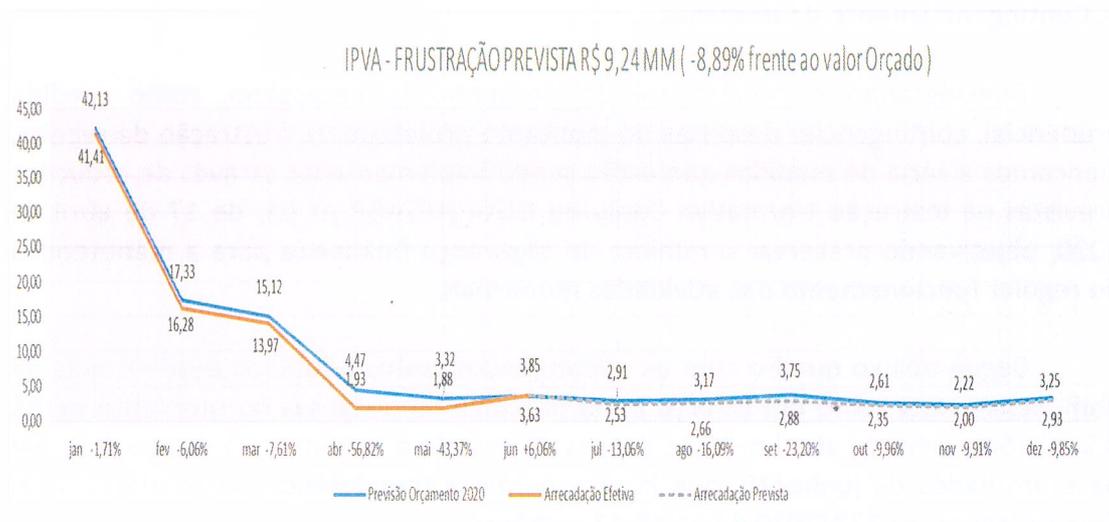
Gráfico 2. Frustração das principais receitas



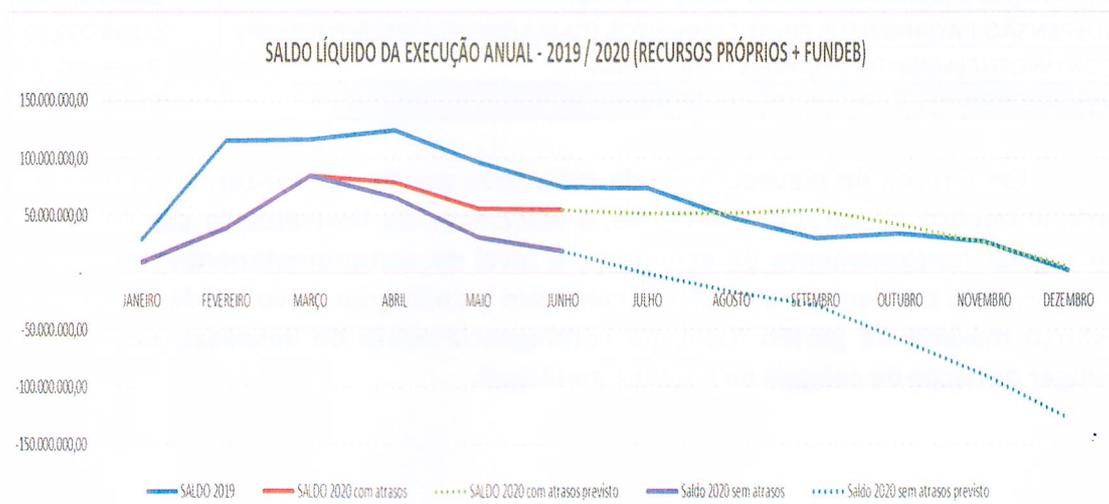
2



8



2. Saldo Líquido da Execução Anual



O gráfico acima demonstra que mesmo com o Auxílio Financeiro Emergencial da União (Seguro Receita) no montante de R\$ 46,4 milhões, em não se adotando mecanismo de contingenciamento de despesa, como indicado, a previsão no atual cenário é de esgotamento da liquidez a partir do mês de agosto, se agravando até culminar com uma falta de recursos financeiros projetada de R\$ 126,63 milhões no exercício, o que inviabilizaria honrar compromissos financeiros essenciais à manutenção da prestação de serviços à população.

Ressalta-se, por oportuno, que os dados de projeção de receitas são calculados com base no potencial de impacto da crise sobre as finanças municipais. Porém, eles se baseiam em expectativas dos agentes sobre os rumos da economia – o que é passível de erro.

3



3. Contingenciamento de despesas

Considerando o cenário até 30 de junho, é necessário, como medida prudencial, contingenciar despesas no montante projetado de frustração da receita. Elencamos a série de medidas que estão sendo implementadas através de reduções previstas na Instrução Normativa Conjunta UGGF|UGAGP nº 01, de 17 de abril de 2020, objetivando preservar o mínimo de segurança financeira para a manutenção do regular funcionamento das atividades municipais.

Segue abaixo quadro com os contingenciamentos adotados desde o mês de abril, sendo necessário um esforço extra no corte de despesas no montante de R\$ 9,5 milhões, além do atual nível de despesas, visando a manutenção da liquidez com base em dados de junho/20, que já consideram a transferência aprovada pela Lei Complementar nº 173/2020 de R\$ 46,47 milhões;

DESPESAS A SEREM REDUZIDAS / ADIADAS	VALOR ANO
IPREJUN - COTA PATRONAL/DÉFICIT TÉCNICO	95.400.000,00
REDUÇÃO SALÁRIAL - CARGOS COMISSIONADOS	5.490.000,00
DEVOLUÇÃO ECONOMIA AUTARQUIAS E CÂMARA	6.000.000,00
SUSPENSÃO PAGAMENTOS FINANCIAMENTOS (CAIXA/BNDES/DESENVOLVE SP)	10.200.000,00
CONTINGENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO EXTRA	9.540.000,00
TOTAL	126.630.000,00

Em virtude do elevado nível de incertezas quanto ao horizonte temporal do enfrentamento sanitário da pandemia, a velocidade da flexibilização das restrições ao regular funcionamento da economia, o nível de comprometimento de renda e solvência pós pandemia, as previsões carregam grande grau de volatilidade, exigindo esforço máximo da gestão fiscal, no contingenciamento de despesas, de modo a mitigar os riscos de colapso da liquidez municipal.

Jundiaí, 10 de julho de 2020.

Fábio Rosasco
Diretor de Administração Financeira